

II Congresso Nacional de Formação de Professores
XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores

[Trabalho Completo](#)

**CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DOS EDUCANDOS NOS PLANOS DIRETORES:
IMPORTÂNCIA E DESCRENÇA**

Suélen Cristiane Marcos De Oliveira, Fatima Aparecida D Gomes Marin

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

O artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado intitulada “As concepções de família presentes nos planos diretores das instituições de Educação Infantil: avanços, contradições e possibilidades, do Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP. Estudiosos, a legislação e os documentos oficiais dirigidos à Educação Infantil defendem a importância do relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e a família no desafio de cuidar e educar as crianças. O objetivo desse estudo foi identificar e avaliar as concepções dos educadores sobre a família dos seus educandos e discutir a influência delas no relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e a família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso. Os dados foram obtidos pela análise documental de cinco planos diretores de instituições de Educação Infantil de diferentes regiões de uma cidade do interior do Estado de SP. Com base nas informações dos planos diretores percebemos que os seus autores entendem a família como parceira da instituição de Educação Infantil na responsabilidade de educar as crianças. Contudo, a concepção de família valorizada é a nuclear, apesar das intensas mudanças sofridas pela família nas últimas décadas. Muitos educadores possuem uma concepção de família fortemente marcada pelo modelo socialmente construído e idealizado “a família nuclear” o que dificulta uma aceitação das novas configurações familiares. Constatou-se situações de descrença na família como capaz de cumprir sua função. São necessários investimentos na formação docente para qualificar a parceria entre família e escola.

CONCEPÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DOS EDUCANDOS NOS PLANOS DIRETORES: IMPORTÂNCIA E DESCRENÇA.

Suélen Cristiane Marcos; Fátima Aparecida Dias Gomes Marin. Faculdades
de Ciência e Tecnologia, Unesp. CAPES.

Introdução

A legislação e os documentos oficiais dirigidos à Educação Infantil, estando entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) e os Referenciais Curriculares para Educação Infantil (BRASIL, 1998) defendem a importância do relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e a família no desafio de cuidar e educar as crianças.

Segundo a LDB (BRASIL, 1996), a parceria com as famílias é imprescindível para garantir a qualidade da formação oferecida pelo fato da prática educativa das instituições de Educação Infantil ser entendida, como “uma complementação a ação da família e da comunidade”.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, artigo 29).

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

As características da faixa etária das crianças atendidas, bem como as necessidades atuais de construção de uma sociedade mais democrática e pluralista apontam para a importância de uma atenção especial com a relação entre as instituições e as famílias. (BRASIL, 1998, p. 75).

Ainda sobre o relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e família, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) afirmam que o respeito à família dos alunos e a sua contribuição ao trabalho deve ser um dos objetivos das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

Art 8.

I- na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização das suas formas de organização;

IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade (BRASIL, 2009).

Para que as instituições de Educação infantil possam desenvolver um trabalho educativo com as famílias das crianças, é preciso que os educadores infantis compreendam as famílias como parceiras e capazes de educar e cuidar de seus filhos. Sendo igualmente importante o respeito e aceitação as diferentes estruturas familiares, considerando que o que determina a família é o cumprimento de sua função o oferecimento de afeto, cuidado e proteção aos seus membros, principalmente aos menores, e não a sua estrutura.

O trabalho com as famílias requer que as equipes de educadores as compreendam como parceiras, reconhecendo-as como criadoras de diferentes ambientes e papéis para seus membros, que estão em constante processo de modificação de seus saberes, fazeres e valores em relação a uma série de pontos, dentre eles o cuidado e a educação dos filhos. O importante é acolher as diferentes formas de organização familiar e respeitar as opiniões e aspirações dos pais sobre seus filhos. É de fundamental importância o trabalho com as famílias e devemos propiciar a participação desta na gestão da proposta pedagógica e pelo acompanhamento partilhado do desenvolvimento da criança. (BRASIL, 2009).

No contexto histórico que vivenciamos o modelo nuclear de família, definido simplesmente como sendo uma organização, entre os membros de um mesmo grupo sanguíneo, portanto determinado biologicamente, possuidor de um único núcleo sexual e afetivo, que envolve a relação existente entre um pai, uma mãe e filhos e no máximo a extensão deles, avós, tios e primos tem entrado em conflito com a saída nos últimos anos da clandestinidade, graças a intensas mudanças sociais e psíquicas, de famílias cuja organização vem se mostrando muito mais complexa e se contraposto a nuclear, como as monoparentais, adotivas, homossexuais.

Além disso, as inovações tecnológicas na área médica sobre reprodução humana, possibilitaram a formação de famílias antes nunca imaginadas na história da humanidade, organizadas com base em escolhas. “A experiência atual de família é complexa e pode envolver mais de um núcleo sexual-e, por consequência, familiar. É como se houvesse possibilidades permanentes de constituição e reconstrução desse grupo”. (SOUZA, 2006, p.54).

As novas configurações familiares nos desafiam a respeitá-las como formas de ser e de se viver à família.

As famílias e as instituições de Educação Infantil são instituições intrinsecamente ligadas por serem as duas instituições mais importantes da infância. É de responsabilidade de ambas a formação dos futuros cidadãos.

A relevância da parceria entre as instituições de Educação Infantil e a família

A valorização da família como instituição parceira e contribuinte no oferecimento de uma educação de qualidade pela escola começa a ganhar cada vez mais força nos discursos educacionais, sendo defendida por Freire (1997) que concebeu a participação da família como fundamental na construção de uma escola democrática.

Além de ser reforçada na legislação e valorizada nos discursos educacionais, a parceria entre escola e família é defendida pelos estudiosos da Educação Infantil.

Entre um dos defensores dessa parceria está Haddad (2005) ao explicar que o contexto histórico que vivemos tem exigido que as instituições de Educação Infantil sejam multifuncionais, e dentre essas muitas funções a autora destaca, por exemplo, o incentivo do convívio dos filhos com os pais e o auxílio da família para conciliar suas necessidades de trabalho e o oferecimento de atenção adequada para com a educação formal das crianças. Haddad equipara essas funções da Educação Infantil, voltadas para a colaboração à família, como sendo tão importantes quanto às funções pedagógicas relacionadas ao ensino.

Um salto qualitativo na direção da unidade requer que as instituições de educação infantil sejam concebidas na sua multifuncionalidade, fazendo convergir às funções sociais e educacionais e, assim, contemplando outras dimensões da existência humana. Promover o desenvolvimento infantil em todos os seus aspectos, físico, afetivo, moral, espiritual e intelectual; prezar pelo bem-estar das crianças, oferecendo-lhes um ambiente seguro, prazeroso, lúdico e estimulante, assim como oportunidades de convívio com outras crianças e adultos e possibilitar aos pais combinar atividade profissional com responsabilidade familiar; promover a igualdade entre homens e mulheres e otimizar a capacidade dos pais no seu papel parental são funções que deve estar em pé de igualdade com a dimensão ensino-aprendizagem e não relegadas a plano secundário. (HADDAD, 2005, p. 118).

A autora chama-nos atenção para a necessidade de olharmos a criança de forma contextualizada, e não só focar no seu desenvolvimento cognitivo. Os sistemas de ensino para a infância só terão sucesso ao educar as crianças, a partir do momento que considerarem que a qualidade de vida das mesmas está intrinsecamente relacionada ao seu contexto social, estando profundamente conectada a outras esferas de sua existência, que não deixa de englobar a qualidade de vida dos cuidadores dela, o grau de satisfação deles ao desempenharem os vários papéis que lhe cabem socialmente enquanto mulheres, homens, mães, pais, trabalhadores etc.

Em decorrência disso, as políticas públicas voltadas para a infância, não podem ser analisadas separadamente de outras específicas para a

instituição familiar. As políticas públicas devem auxiliar na existência de um lar saudável para o desenvolvimento das crianças.

Bassedas, Huguet e Solé (1999) são outras autoras defensoras da parceria entre as instituições de Educação Infantil e a instituição familiar. Segundo elas, nessa etapa educacional a comunicação entre a escola e a família é tão comum e mais freqüente se comparado ao outros níveis de ensino que pode se facilmente esquecer os motivos profundos que a torna imprescindível, sendo o maior deles, o crescimento pessoal das crianças.

Dessa forma, para garantir o desenvolvimento pessoal da criança, a qualidade desses contextos primários é muito importante, assim como a relação existente entre eles, já que os contextos são diferentes mais a criança é a mesma. Sobre isso as autoras já citadas se pronunciam: “Precisa ficar claro que a escola e a família são contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças encontraram coisas, pessoas e relações diversas; nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade” (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 283).

A parceria entre essas instituições promove uma maior eficiência de suas ações educativas visando o pleno desenvolvimento infantil.

Desafios contemporâneos da parceria entre instituições de Educação Infantil e a família.

As instituições de Educação Infantil têm como principal função auxiliar a família, na educação da sua prole. Os pais geralmente consideram a escola uma instituição educativa de apoio à família, desejam que a instituição escolar os ajude a educar seus filhos no sentido amplo, desenvolvendo-os não apenas intelectualmente como também emocionalmente e moralmente. Por outro lado, em algumas situações a escola tem se manifestado contra a família, contra a sua ação educativa e formadora.

De acordo com Cunha (2000), a escola se considera como a detentora dos saberes científicos necessários para se educar as crianças o que torna essa instituição adequada para normalizar e disciplinar as famílias para que as mesmas passem a agir corretamente na educação de sua prole. Este entendimento gerou a concepção de que a família precisa também ser educada pela escola. Tal mentalidade que, para Cunha (2000), permanece até hoje justifica a presença constante de palestras de especialistas oferecidas pelas escolas aos pais dos alunos no intuito que os mesmos aprendam a como educar e contribuir para o desenvolvimento de seus filhos.

Psicólogos, pediatras, assistentes sociais e professores sabem mais do que pais, avós, tias... Isso é o que vem sendo assentado em toda a história da escola, e é a mentalidade que vigora nos dias de hoje. Se não fosse assim, como justificar que as palestras desses profissionais sejam tão insistentemente programadas pelas direções das escolas nas reuniões de pais e mestres, e tão bem recebidas por todos que as freqüentam? Esse exemplo banal serve para que pensemos no status que tem os saberes científicos não só quanto ao “como ensinar”, mais sobretudo ao “como educar”. (CUNHA, 2000, p. 450).

Para Oliveira (2002), as contradições das ideias sobre as famílias se devem a pouca consideração a sua realidade, ignorando os fatores econômicos e sociais que presidem a organização familiar, a divisão das tarefas domésticas e o tempo que os membros familiares podem dedicar às crianças. Muitos dos educadores ainda possuem uma concepção de família idealizada, burguesa, nuclear, livre de conflitos, problemas e ameaças a sua harmonia, ignorando as novas necessidades e realidade, o que fragiliza o relacionamento dessas instituições com as famílias.

Para que de fato exista um bom relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e a família é preciso que os educadores passem a conceber a família como ela realmente é, uma organização sujeita as transformações para que seus membros se adaptem as necessidades que a vida vai trazendo.

A visão negativa da família pode impedir e comprometer o estabelecimento de uma parceria entre as instituições de Educação Infantil e a família, já que implica o desrespeito dos educadores para com as famílias ao considerá-las incapazes de promover o desenvolvimento saudável de seus filhos e de contribuir para a prática pedagógica da escola.

As famílias não são iguais, se há falta do cumprimento de sua função em um número de famílias, isso não pode implicar generalizações, pois há muitas famílias de diferentes estruturas que se organizam e vivem tendo como eixo norteador o cuidado, proteção, sentimentos, desejos e interesses dos membros mais jovens, assim sendo, não podemos ser descrentes quanto à capacidade da família.

A discussão aqui apresentada é fruto dos resultados de uma pesquisa de mestrado intitulada “As concepções de família presentes nos planos diretores das instituições de Educação Infantil: avanços, contradições e possibilidades”, cujos objetivos foram conhecer a estrutura familiar dos alunos, pré-escolares, de 3 a 5 anos, das escolas públicas do município, onde este estudo foi realizado, assim como, identificar as concepções dos educadores infantis, não se referindo apenas aos professores mais também

aos gestores, sobre a família dos educandos, e saber como tem sido o relacionamento entre essas duas instituições educativas. Para tanto, foi realizada uma análise documental dos planos diretores dessas instituições de Educação Infantil em busca de obter essas respostas.

Metodologia:

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, pois tem como foco as instituições de Educação Infantil de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Nas palavras de Ludke e André (1986, p.18-19) os estudos de caso:

Enfatizam a “interpretação em contexto”. Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionados à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas.

Ainda segundo esses autores os “estudos de caso buscam retratar a realidade de forma complexa e profunda” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18-19).

Para obter os dados da pesquisa, fez-se uso da técnica de análise documental, que segundo Caulley (1981) apud (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38) “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

No caso desta pesquisa, o estudo se focou nos planos diretores das instituições de Educação Infantil, com o objetivo de ter acesso aos dados sobre as famílias das crianças e a partir deles compreendê-las com base na realidade. Também nos preocupamos em identificar, analisar e avaliar as concepções dos educadores sobre a família dos seus educandos e qual a influência delas no relacionamento entre as instituições de Educação Infantil e a família.

O município estudado conta, segundo dados de 2010, da Secretaria Municipal de Educação, com 42 instituições de Educação Infantil. Devido o tempo disponibilizado a uma pesquisa de mestrado, não foi possível averiguarmos o plano diretor de todas essas escolas, então as delimitamos pela sua localização geográfica. Assim sendo, foi sorteada uma escola de cada região da cidade (norte, sul, leste, oeste, central), que atendia crianças de 4 a 5 anos. Tal escolha se justifica na tentativa de englobar as diferenças regionais, sociais, econômicas e de clientela existentes na realidade pesquisada.

Os dados aqui apresentados foram retirados dos planos diretores de cinco instituições de Educação Infantil. Em respeito às normas éticas de condutas de uma pesquisa assim como ao direito dessas instituições de não terem o seu nome exposto, nomearemos as mesmas de acordo com a região em que se localizam, I.E. I; Leste; I.E. I Oeste, I.E. I Central; I.E. I Norte e I.E.I. Sul.

Plano diretor é uma nomenclatura recentemente escolhida pela Secretaria Municipal de Educação do Município estudado, no interior de São Paulo, para substituir o termo Projeto Político Pedagógico, mas conhecido no território nacional, que pode ser entendido como o mesmo documento, tendo sido a alteração apenas nominal.

O plano diretor é um documento oficial da escola, sendo sua construção uma exigência dos órgãos educacionais. Tal documento dá validade e legalidade ao funcionamento e aos objetivos pedagógicos das instituições de ensino e tem como objetivo central elucidar a proposta pedagógica de cada unidade escolar, levando em conta a realidade da instituição e dos alunos.

O plano diretor deve ser uma construção coletiva do toda a comunidade escolar, incluindo a família e a comunidade em que a escola está inserida. Segundo Padilha, (2006, p.76) uma das principais características no planejamento da escola é que o mesmo “visa garantir a participação efetiva dos vários segmentos escolares na construção do seu projeto e na elaboração de seus planos”. Na defesa da construção coletiva do plano diretor Vasconcelos (2002, p.173) se pronuncia:

Que valor pode ter um pedaço de papel escrito? A teoria quando assumida por um grupo, transforma-se em “força material”. Na elaboração participativa do projeto, todos têm oportunidade de se expressar, inclusive aqueles que geralmente não falam, mas que estão acreditando, estão querendo. Muitas vezes, não falam por insegurança, por pressão do grupo ou por acomodação em função daqueles que “sempre falam”. O processo de planejamento participativo abre possibilidades de um maior fluxo de desejos, esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática.

Os planos diretores do município analisado têm validade trienal, sendo que todos nesse estudo correspondem aos anos de 2010 a 2012.

A família nos planos diretores.

Com base nas informações contidas nos planos diretores percebemos que os seus autores têm demonstrado ter em comum o entendimento de que a família é uma instituição parceira da instituição de Educação Infantil na responsabilidade de educar as crianças.

Compete à Escola comprometimento, pois o seu papel é de qualificar a comunidade escolar, favorecendo situações de ensino aprendizagem no processo educacional, oferecendo oportunidades para a formação continuada para todos os profissionais da escola e envolver as famílias no processo de ensino aprendizagem de seus filhos. O ambiente escolar deve ser organizado de tal forma que os alunos possam sentir-se mais valorizados e capazes de obter sucesso nos estudos, que estabeleçam laços afetivos com a escola e os professores. Precisamos democratizar de forma real nossa escola, partilhando decisões com a comunidade escolar e no Conselho de escola estabelecendo parcerias com a família e outras secretarias, mudando a forma de estabelecer relações com as crianças e adultos de forma em geral, respeitando os limites de cada um, e principalmente superar totalmente a visão de escola assistencialista, compreendendo que mais importante do que oferecer escola integral para todos ou alguns, é garantir padrões básicos de qualidade para todos. (PLANO DIRETOR - I.E.I. SUL, 2010-2012, p. 1).

Prova dessa valorização da família pela escola e da intenção da escola de se aproximar das famílias dos educandos e desenvolver uma parceria são os objetivos educacionais elencados pelos autores nos planos diretores, sendo alguns deles: “-Melhorar a convivência democrática na escola e fortalecer o relacionamento com a comunidade local; - Desenvolver um trabalho na escola, onde as famílias possam participar, interagindo no contexto educacional”. (PLANO DIRETOR - I.E.I. OESTE NORTE, 2010-2012, p. 10).

Apesar da existência desse discurso de valorização da família enquanto instituição parceira das instituições de Educação Infantil, o preconceito com relação a essa instituição, quando ela se apresenta diferente do modelo nuclear, tem aparecido e se mantido forte no discurso dos educadores, se manifestando como uma ameaça ao estabelecimento real dessa parceria e afetando a qualidade do ensino oferecido nestas instituições, observemos a seguinte afirmação contida em um dos planos:

A escola deve exercer um caráter educativo que priorize o desenvolvimento global do indivíduo e não mais de assistencialismo somente, onde a mãe deixa seu filho porque tem que trabalhar. O papel da escola é educacional, visando o desenvolvimento integral dos alunos. Temos consciência, porém, que da forma como está organizada a sociedade **(desestrutura familiar, falta de recursos financeiros, conhecimento moral e de valores não trabalhados pela comunidade e família)**, muitas vezes não temos tido muito sucesso em nossa função. (PLANO DIRETOR - I.E.I. LESTE, 2010-2012, p. 1 - grifo nosso).

Notamos que a escola culpa as famílias por não atingir os objetivos educacionais almejados por ela, que seria o desenvolvimento global dos alunos. Os autores do documento possuem a concepção de família enraizada no modelo nuclear, considerando as estruturas divergentes falhas, problemáticas para a sociedade, o que sem dúvida prejudica o relacionamento da escola com as famílias dos alunos, cuja estrutura difere do

modelo ideal “nuclear”. No trecho de um dos planos diretores encontramos a definição de família estruturada “ideal” oferecida pelos educadores:

Nossa clientela provém em sua maioria de famílias de classe baixa, muitas nas quais é a mãe que sustenta a casa. Há também casos em que a criança mora somente com o pai, outras vezes são os avós que mantêm a guarda dessas crianças, pois os pais estão presos, por tráfico de drogas, ou simplesmente foram embora, abandonando seus filhos. Conhecendo essa realidade, podemos entender por quais situações passam nossos alunos, tomando assim medidas necessárias e de alçada da escola. Há também muitas crianças que tem famílias estruturadas e comprometidas com o desenvolvimento de seus filhos. Podemos constatar o interesse dos pais através das reuniões de pais, verificando a lista de presença. (PLANO DIRETOR - I.E.I. LESTE, 2010-2012, p. 10-11.).

Fica claro, que os autores do documento analisado não conseguem ver as novas estruturas familiares de seus alunos sem o viés do preconceito, eles evidenciam a sua opinião de que elas envolvem pessoas eticamente e moralmente falhas, algumas estão até presas numa evidência da falta de caráter e de boas virtudes.

Os autores afirmam que as famílias estruturadas são comprometidas com o desenvolvimento dos filhos, o que pode muito bem não ser verdade, pois a família nuclear apenas pelo fato da sua estrutura não garante um maior envolvimento com a educação dos filhos. Todas as estruturas podem oferecer afeto, cuidado e o suporte necessário para garantir educação aos seus membros. O que importa na família é a sua funcionabilidade e não a sua estrutura. Mais uma vez comparece nas idéias dos autores a concepção de que a família nuclear é a única capaz de cuidar adequadamente das crianças, restando à escola ajudar os alunos que não tem tal família na medida do possível. É como se a escola esperasse e tentasse compreender os problemas que tais alunos sem dúvida apresentam por não possuírem a família ideal.

O preconceito tão fortemente estabelecido no discurso desses educadores, além de impedir um acolhimento das famílias dos educandos como elas de fato são e o oferecimento necessário do estímulo das mesmas para se tornarem parceiras da instituição de ensino, demonstra uma concepção equivocada de família por parte desses profissionais marcada pela existência de apenas uma família correta, a família nuclear. Todas as outras formas de ser família são ignoradas enquanto possibilidades de serem as mais adequadas para as pessoas que sentiram a necessidade de formá-las.

As informações contidas nos planos diretores sobre a família dos educandos têm apresentado essa dualidade, ao mesmo tempo em que

ênfatizam a importância da família para a formação do cidadão reafirmam a sua descrença na família como capaz de cumprir essa função. Para tentar amenizar essa incapacidade da família, a escola deve conseguir com que os pais venham até ela para serem também “educados” sobre a importância de sua participação na educação dos filhos.

A escola é responsável por parte do processo ensino aprendizagem e deve aprimorar os conhecimentos que o aluno traz de sua vivência social nos diferentes grupos a que pertencem (família, igreja, bairro, etc). Por acreditarmos que a formação do cidadão como se almeja, passa em primeira mão pela família que deve ser capaz de desenvolver os conceitos básicos de cidadania-respeito ao próximo, afetividade e cooperação-e por ser de nosso conhecimento que a maioria das famílias com as quais trabalhamos não têm em seu interior, informações suficientes para trabalhar tais questões de maneira satisfatória, é que procuramos envolver os pais, responsáveis e a comunidade em geral para que conheçam e participem da escola conscientizando-se gradativamente de sua importância na vida escolar dos alunos. Assim devem, estar de tais modos ligados à escola que possam continuar o trabalho do educador. (PLANO DIRETOR - I.E.I. LESTE, 2010-2012, p.24).

Podemos perceber na referência ao documento acima mais uma vez críticas dirigidas as famílias pelos autores, segundo eles, a maioria das famílias de seus educandos são incapazes de educar seus filhos, ficando essa responsabilidade social apenas a cargo da escola. Mais do que críticas esse trecho pode ser traduzido num desabafo dos autores por se sentirem sozinhos ao formar seus educandos e sobrecarregados.

Essa ineficiência atual da família em educar os seus membros mais jovens está associada, segundo o pensar dos autores às mudanças na estrutura e na rotina familiar, o que demonstra uma incapacidade de aceitação das transformações sofridas pela família na contemporaneidade:

Oferecer uma educação de qualidade para a demanda que está recebendo é um desafio que se impõem aos educadores das gerações contemporâneas. Definir os objetivos para uma educação satisfatória não é tarefa fácil, mais possível de ser realizada. Primeiramente devemos ter claro que as transformações sociais provocaram mudanças na composição e na rotina da família o papel da educação escolar se ampliou. A escola precisa se adequar-se a esta nova realidade e ter claro que além de contribuir para construção do conhecimento, ela terá que ajudar na formação da personalidade dos alunos, tarefa anteriormente destinada somente a família -. (PLANO DIRETOR - I.E.I. OESTE, 2010-2012, p.01.).

A instituição de Educação Infantil Central chama a atenção pelo relacionamento satisfatório que consegue manter com as famílias e que parece estar intrinsecamente relacionada com as qualidades das características da família de seus educandos, predominantemente nuclear e de classe média. Segundo os autores, as famílias de seus alunos têm condições de apresentar um universo cultural, mais rico, condizente com a

escola. Podemos notar que tendo em vista essa realidade favorável os autores do documento apenas descrevem as informações sobre as famílias de seus alunos sem explicitar nenhum juízo de valor, e demonstram acreditar nessas famílias como capaz de contribuir para a educação dos seus filhos, ou seja, de serem funcionais.

A maioria dos alunos provém de famílias de nível sócio econômica de classe média, onde a maioria tem acesso a uma grande diversidade de atividades culturais como: internet, shopping, etc. a maioria dos alunos são transportados por condutores escolares ou pelos próprios pais que se desloca até o centro para trabalhar. Todos os pais trabalham fora do lar, cerca de 94,4% já as mães temos em média de 69,11%. Dos pais que atendemos 77,3% são casados, 17,7% são separados, solteiro, amasiado, viúvo. Com relação aos estudos não se tem nenhum pai analfabeto e escolaridade em sua maioria é do segundo grau ao superior. (PLANO DIRETOR - I.E.I. CENTRAL, 2010-2012, p.12.).

Os autores desse plano diretor ao escreverem um diagnóstico sobre o processo de ensino e aprendizagem, elencam entre os indicadores de qualidade o item interações com as famílias e segundo os mesmos há o problema de super proteção dos pais em relação a seus filhos ou dificuldades de impor limites. E visando resolver isso apresentam as seguintes resoluções: “-atendimento às famílias e orientação através de reuniões de pais/ palestras; - favorecer organizar periodicamente espaços, brincadeiras e materiais que promovam oportunidades de interação entre criança X criança X adulto”. (PLANO DIRETOR - I.E.I. CENTRAL, 2010-2012, p.13.).

A família, de classe média e nuclear, se errar parece errar por excesso de amor, segurança e proteção e não por falta ou negligência desses quesitos. Tal concepção fica clara porque os autores mesmo ao exporem o problema não o vêem como algo tão sério, grave e sim passível de acontecer, por isso medidas tão pacíficas, razoáveis para amenizá-lo ou resolvê-lo. Nota-se que aqui as medidas envolvidas são apenas dialogar, orientar, organizar atividades em que os pais possam se relacionar com os filhos no espaço escolar talvez para se atentarem para a dinâmica diferente dessa realidade e não convencer, conscientizar, levar os pais a refletirem etc, medidas que possuem um caráter mais autoritário por parte da escola que se vê como a correta e que deve levar a mudança de comportamento das famílias por meio de sua ação.

Considerações Finais

Pelo exposto podemos concluir que no discurso dos educadores infantis, apesar das intensas mudanças sofridas pela família nas últimas décadas, a concepção de família presente como ideal, valorizada é a nuclear, sendo as demais vistas de forma negativa. Essa concepção de família

baseada no modelo construído socialmente dificulta a aceitação das famílias dos educandos que se opõem ao mesmo, impedindo o reconhecimento, o acolhimento e a valorização dessas famílias pela escola enquanto parceiras que podem sim contribuir com as instituições de Educação Infantil para garantir uma educação de qualidade.

Enquanto os educadores infantis não superarem seus preconceitos com relação às transformações sofridas pela família na contemporaneidade a parceria entre essas instituições educativas infelizmente permanecerá apenas no discurso apresentado pelos profissionais da educação e na legislação.

Esperamos que os educadores infantis reconheçam como importante para a qualidade da Educação Infantil, assim como, um direito da criança e de sua família, a parceria com as famílias. São necessários investimentos na formação docente para que se estreitem os laços entre as instituições de Educação Infantil com as famílias. É essencial que os profissionais compreendam que a instituição de Educação Infantil não cuida apenas da criança, mas também da família.

*Utilizamos o termo educadores infantis para nos referirmos não apenas aos professores mais também aos gestores que trabalham nas instituições de educação infantil.

*I.E.I. é uma sigla criada por nós para se referir a instituição de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução CEB n.º5 de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/Secretaria.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol.1 Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto alegre: Artmed, 1999. p. 360.

CUNHA, M.V. **A escola contra a família**. In FARIA FILHO, L. M; LOPES, E.M.T.; VEIGA, C.G. (Orgs). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.447-468.

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. In: **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**, São Paulo: Cortez, 2005. p.117- 132.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.p.256.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 6 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006- (Guia da escola cidadã) ; v.7.p.157.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Planos Diretores, instituições de Educação infantil Sul, Leste, Norte, Oeste e Central**. Presidente Prudente, 2010-2011.

SOUZA, M. R. Configurações plurais. In: **Revista mente e cérebro**. São Paulo: Duetto, 2006, p.52-55.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino - aprendizagem e projeto político pedagógico**. 10 ed. São Paulo: Libertad Editora, 2002. (cadernos pedagógicos do libertad, v.1. p.200.